



Conselho Directivo Nacional

26.MAI.2009 * 1923

A Sua Excelência
O Ministro das Obras Públicas, Transportes e
Comunicações
Rua de S. Mamede ao Caldas, 21, 1º

1149-050 LISBOA

Assunto: Regime Jurídico de Instalação de Infra-estruturas de Telecomunicações em Edifícios
Exclusiva,

Foi publicado o Decreto-Lei 123/2009, de 21 de Maio, que estabelece o regime aplicável à construção de infra-estruturas de telecomunicações em edifícios (ITED) e em urbanizações (ITUR).

Lamentavelmente, e em contradição com o que tem sido concretizado nos últimos diplomas estruturantes do exercício profissional de engenharia, não foi solicitado à Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos um parecer sobre a proposta de diploma, resultando, talvez por isto, graves insuficiências no documento e limitações administrativas para a prática de actos de engenharia por parte dos Engenheiros Técnicos.

Surpreende-nos, sobretudo, o facto de não terem sido tomadas em conta as formações actuais de Engenharia, bem como, voltar-se a olhar o grau académico de cada um não apenas como a entrada no mercado de trabalho mas como determinante do que cada um de nós está habilitado a realizar durante toda a vida profissional. Existe um claro desajuste entre este diploma e as reformas que têm sido introduzidas no ensino superior, bem como, a linha legislativa dos mais recentes diplomas da área de engenharia.

Constata-se mais uma vez que os Engenheiros Técnicos foram, claramente, discriminados pelos autores deste diploma, quer no que se refere à especialidade considerada, quer ao título profissional habilitante para a execução de projectos.

Assim, gostaríamos de destacar:

- **Art. 37º - Ponto 1. Qualificação de projectista ITUR**
- **Art. 67º - Ponto 1. Qualificação de projectista ITED.**

A ANET, fruto dos desenvolvimentos tecnológicos dos últimos anos, organizou a grande área da Electrotecnia em dois colégios da especialidade: Energia e Sistemas de Potência e Electrónica e Telecomunicações. Estranha-se, por isto, que se continue a exigir a especialidade de electrotecnia para a realização destes projectos uma vez que os próprios cursos quando de Engenharia Electrotécnica possuem ramos ou especializações que diferenciam os seus diplomados. Um Engenheiro com formação e experiência profissional em Energia e Sistemas de Potência nem sempre está



Conselho Directivo Nacional

habilitado para a realização deste tipo de projectos. Veja-se a este propósito o projecto envolvendo tecnologia de fibras ópticas.

• **Art. 67º, Ponto 3.**

Neste ponto limita-se o acesso dos Engenheiros Técnicos a projectos de classe superior a 5. Que razão presidiu a este facto: O valor do projecto? A sua complexidade? Será que a formação inicial determina aquilo que um Engenheiro é capaz de realizar durante toda a sua vida profissional? Claramente que este articulado não faz sentido. Se o diploma pretende associar o valor económico do projecto à sua complexidade, a ANET sempre defendeu que os projectos de maior complexidade, em qualquer área, devem ser realizados por quem demonstre ter competência para o fazer, sejam Engenheiros ou Engenheiros Técnicos, não sendo por isto minimamente razoável este articulado.

Sobre isto ainda temos de realçar a não obrigatoriedade da existência de projecto eléctrico até 50 KVA, o que é de facto um paradoxo a que urge pôr cobro.

Não existindo na ANET a especialidade de Electrotecnicia, que interpretação deve ser dada aos artigos 37º e 67º deste diploma?

Por fim, gostaríamos de deixar registada a posição da ANET sobre o desaparecimento completo da actividade de Certificação que, no nosso entender, era o garante da qualidade das instalações e da sua conformidade com os respectivos projectos. Para além disto, fica em causa o futuro das empresas a nível nacional criadas no seguimento da anterior legislação e que vêm, desta forma, desaparecer o respectivo mercado. Qual a razão para este desaparecimento? Pressão exercida pelas autarquias e pelos operadores?

Para além das questões referidas, existe um erro, pois quando no artigo 101.º se refere o n.º 2 do artigo 67.º deve-se referir o n.º 4 do artigo 67.º.

Assim, porque consideramos que este diploma mais do que prejudicar a classe profissional que representamos, prejudica gravemente o país, vimos junto de V. Exa. solicitar a rápida intervenção junto da ANACOM para que sejam ouvidas as Associações de Direito Público e em face dos seus pareceres seja corrigido este diploma, trazendo mais transparência, mais credibilidade e sobretudo mais qualidade a uma área tão importante nos dias de hoje como são os projectos ITED e ITUR.

Com os melhores cumprimentos

Augusto Ferreira Guedes, Engenheiro Técnico Civil
Presidente